

DO TEXTO AO DISCURSO, O SUJEITO NA LÍNGUA

TEXT TO SPEECH, THE SUBJECT IN LANGUAGE

Augusto Radde
Mestre em Letras
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(augustoradde@yahoo.com.br)

RESUMO: Apresento neste trabalho uma leitura sobre a concepção de língua e de sujeito em três linhas teóricas articuladas no interior dos estudos da linguagem: a Linguística Textual, a Enunciação e a Análise de Discurso francesa pecheutiana. Concebidas a partir de um olhar ao texto, elemento que avança em relação à frase no âmbito dos estudos linguísticos, essas teorias apresentam pontos em comum e de distanciamento teórico. Desse modo, busco perceber de que modo a língua é apresentada por cada uma dessas teorias e como o sujeito aparece no interior de cada uma delas, como elemento articulado à língua, apresentando uma análise que segue cada um desses tempos teóricos, que são apresentados neste texto, sob o amparo dos respectivos pensamentos teóricos, aplicados a cada um de seus objetos.

Palavras-chave: Língua; Sujeito; Texto; Discurso

ABSTRACT: I present in this paper a reading about the conception of language and subject in three theoretical lines articulated in the interior of the language studies: Textual Linguistics, Enunciation and the Pecheutiana French Discourse Analysis. Conceived from a look into the text, element that moves in relation to the sentence within the linguistic studies, these theories show points in common as well as theoretical distance. Thus, I seek to understand how the language is presented by each of these theories and how the subject appears within each of them, as an element articulated to the language, presenting an analysis that follows each of these times, under the support of the respective theoretical thoughts, applied to each of their objects.

Key words: Language; Subject; Text; Speech

Introdução

Ao pensar em língua, como me proponho neste trabalho, torna-se relevante levar em consideração a famosa frase do criador da Linguística, Ferdinand de Saussure, quando ele disse que **é o ponto de vista que faz o objeto**. Ou seja: a partir da instituição da Linguística como ciência, vários olhares foram lançados ao grande objeto dessa ciência, a língua, o que revela semelhanças e diferenças entre teorias que ao longo do tempo dedicaram-se aos estudos da linguagem. Desse modo, procuro fazer uma reflexão sobre as concepções de língua de três linhas teóricas conhecidas por ampliarem o pensamento saussuriano, bem como por acrescentarem aos estudos da linguagem elementos antes deixados de lado no

procedimento metodológico de Saussure: **a Linguística Textual, a Teoria da Enunciação e a Análise de Discurso francesa de Michel Pêcheux.**

Para tanto, examino de que modo o **sujeito**, um dos elementos externos à língua, do qual a origem da Linguística deixou de ocupar-se, aparece nesses três tempos de pensamento teórico existentes sob os títulos das linhas mencionadas. A assertiva que dá nome ao título do é o motor deste texto, onde busco compreender a relação que ocorre entre sujeito e língua sob as três perspectivas teóricas. A leitura de cada tempo será seguida de uma breve análise de um objeto linguístico a partir de procedimentos oriundos de cada uma dessas linhas teóricas, através da qual buscarei perceber como o sujeito pode ser compreendido/visualizado, a partir dessas teorias, e como é possível chegar ao(s) sentido(s) num “mesmo” objeto de análise observado por três perspectivas...

O Sujeito na língua da Linguística Textual

As análises da Linguística textual, que datam seu início na década de 60, surgiram com um inovador olhar para a língua, apresentando seu verdadeiro objeto como diferente daquele até então considerado por teorias gramaticais e estruturais, amparadas pelos pensamentos de Saussure e de Chomsky, isto é, ao abandonarem a frase, os linguistas desse tempo instituíram o **texto** como o elemento essencial de análise nos estudos linguísticos, fazendo ver um considerável avanço teórico diante do que até então acontecia no cenário desses estudos.

Durante o desenvolvimento dessa linha de pensamento, algumas modificações foram ocorrendo no interior da teoria, o que levou à existência de três fases da Linguística Textual, quais sejam a primeira, conhecida como **Transfrástica** e que considerou a frase como insuficiente para a construção dos sentidos, amparando-se, por exemplo, no fenômeno da **co-referenciação**¹, como um método de análise capaz de ultrapassar os limites da frase e de melhor ser compreendido no interior do texto. (BENTES, 2003, p. 247). O texto é então considerado como uma

¹ A co-referenciação, na perspectiva dessa teoria, refere-se às relações internas dos textos, onde um elemento linguístico é utilizado para fazer referência a outros elementos do texto, a fim de manter uma clareza ao leitor e evitar repetições e redundâncias, capazes de prejudicarem a linearidade natural do texto e a compreensão de seu sentido global. Desse modo, esse fenômeno é considerado como fundamental para que se mantenham estáveis a sintaxe e a semântica de um texto.

soma de frases, no qual o olhar às unidades linguísticas, os conectivos, que interligam as frases e essas aos períodos e parágrafos, torna-se fundamental nas análises e na busca pelo sentido global a ser construído pelo leitor/ouvinte/receptor dos textos.

No segundo momento, bastante influenciado pela **gramática da frase** de Chomsky, considerou-se necessária a construção de **Gramáticas Textuais** para que fosse possível dar conta do sentido dos textos, já que a intuição/competência do falante passou a ser considerada nas análises ao lado do fenômeno da co-referenciação, relegando ao texto o estatuto não apenas de “(...) simples soma ou lista de significados das frases que o constituem” (op. cit., p. 249). Esse fato baseou-se, de acordo com Bentes, na crença de o texto ser, à semelhança da língua, um objeto homogêneo, com propriedades relativas ao sistema abstrato da língua. De acordo com a autora, nessa fase:

[...] as primeiras gramáticas textuais representaram um projeto de reconstrução do texto como um sistema uniforme, estável e abstrato. Neste período, postulava-se o texto como unidade teórica formalmente construída, em oposição ao *discurso*, unidade funcional, comunicativa e intersubjetivamente construída (BENTES, 2003, p. 249).

O terceiro momento surgiu com o intuito de se criar uma **Teoria do Texto**, pela qual os estudiosos dessa linha teórica buscaram investigar de que modo funcionavam e constituíam-se a produção e a compreensão dos textos em uso, para além das análises formais da fase anterior. Para tanto, aparece com força outro elemento exterior à língua, o **contexto**, entendido como um conjunto de elementos externos às construções linguísticas do texto, ou seja, um conjunto que abrange as condições de produção e recepção, relevantes aos cálculos do sentido empreendidos pelo leitor/ouvinte no processo de interpretação de textos. Desse modo, o texto aparece não mais como uma estrutura acabada, como um produto, mas como um processo de planejamento, de verbalização e de construção. (BENTES, 2003, p. 254).

Diferentes enfoques foram dados ao texto na concepção da Linguística textual. Entretanto, não me dedicarei a examinar um por um, mas sim em buscar compreender que sujeito é esse que aparece nessa concepção. Pela leitura de

textos que se dedicam a essa teoria, bem como o da autora já citada aqui, é possível perceber dois tipos de sujeitos. O primeiro é aquele já conhecido das análises sintáticas estruturalistas das frases, que existe como um elemento sintático que assume uma posição no texto e que pode ser retomado na linearidade do mesmo texto por elementos linguísticos responsáveis pela **coesão** e pela **coerência do texto**. O segundo sujeito é o falante, aquele que pode ser confundido com o próprio autor/produtor do texto, responsável pela manutenção da clareza do sentido e dotado de uma intencionalidade, aos moldes da pragmática, capaz de induzir a interpretação do leitor/receptor na busca pelo sentido. É um sujeito empírico e consciente que, exterior à língua, pode controlá-la e mobilizá-la para atingir seus objetivos comunicativos.

Ao considerar a produção textual como uma atividade verbal consciente, em que o sujeito deixa ver suas intenções e propósitos, Bentes nos diz “que o sujeito falante possui um papel ativo na mobilização de certos tipos de conhecimentos, de elementos linguísticos, de fatores **pragmáticos interacionais**, ao produzir um texto”. Percebo, então, um sujeito que está fora da língua e que é capaz de usá-la de acordo com seus objetivos, nesses esclarecimentos sobre a Linguística textual da autora, o que ela complementa dizendo que “(..) o sujeito sabe o que faz, como faz e com que propósitos faz (se entendemos que dizer é fazer)” (op. cit., p. 254).

Koch (2007), ao tratar especificamente da questão da coerência do texto, nos lembra que a passagem da segunda para a terceira fase da Linguística Textual deveu-se justamente ao fato de os estudiosos dessa área considerarem a inexistência do não-texto, ou seja, que não haveria uma sequência linguística totalmente incoerente entre si, fato que invalidaria a existência de gramáticas textuais que pudessem classificar ou não uma sequência como texto e deslocaria o foco para a textualidade do texto, onde a coerência deveria ser calculada a partir de fatores linguístico-pragmáticos, conhecidos como **fatores de coerência**. Justificando esse deslocamento, a autora nos diz o seguinte:

Por isso, passou-se à construção de uma Teoria do Texto ou Linguística do Texto, que é constituída de princípios e/ou modelos cujo objetivo não é pré-dizer a boa ou má formação dos textos, mas permitir representar os processos e mecanismos de tratamento dos dados textuais que os usuários põem em ação quando buscam

interpretar uma seqüência linguística, estabelecendo o seu sentido e, portando, calculando sua coerência (p. 69-70).

É possível perceber que se operou- uma mudança considerável no interior dessa teoria, já que elementos exteriores ao linguístico passaram a ser considerados, dentre eles, mais uma vez, a consciência/controlé do sujeito falante, do usuário da língua. No entanto, ao operar esse deslocamento do estritamente interno da língua para o externo como fator também constituinte do sentido do texto, algo se mantém: a língua permanece, nessa perspectiva, como um objeto homogêneo, regular em sua estrutura sistêmica. E ao centrar-se no texto fica visível que a Linguística Textual “(...) não reivindica a reinstauração do sujeito, que continua a ser um elemento externo à Língua e, como tal, não é objeto de suas preocupações” (INDURSKY, 1998, p. 115).

Passo agora à análise de uma seqüência linguística sob a perspectiva do texto, para que possamos ter uma ideia de como é possível se chegar ao sentido a partir dos pressupostos dessa teoria. Essa seqüência foi extraída do site da Zero Hora (clic RBS), edição online. Trata-se de um dos comentários ao artigo **Desabafo**, que consta no setor **Do Leitor**, do dia 30/05/12, sem alteração estrutural ou linguística.

- (1) Só o nome da Marcha ja se pensa em outra coisa...e sai na rua.. só na rua de peladas e pintadas...ja se ve outra coisa e perde a seriedade do protesto....ja pensou homens pelados na rua q ridículo....fazer protesto a qq coisa é sempre valido...mas sai por ai semi-nus é a msm coisa q fazer apologia ao sexo...

De acordo com a Linguística Textual há que se mobilizar um elemento fundamental para iniciar a análise, o contexto situacional. Essa pequena seqüência de texto foi produzida por um sujeito falante em um espaço digital como comentário a um artigo de opinião. Ele responde, então, a uma autora que argumenta contra o machismo, utilizando como pano de fundo o movimento feminista de protesto Marcha das Vadias, bastante divulgado nos mais diversos meios de comunicação durante o ano corrente.

Tendo conhecimento desse fato, o leitor/receptor dessa seqüência é capaz de atribuir sentido apropriado ao que está dito, já que ele será conhecedor do **conhecimento compartilhado**, que lhe confere um dos pontos necessários para

interpretar as palavras. (BENTES, 2003). Desse modo, o leitor vai aos poucos percebendo o sentido global e a intenção do autor. O fator **conhecimento de mundo** torna-se, também, fundamental para a extração do sentido dessa sequência, pois ao ter conhecimento de que na sociedade em que vivemos ainda há machismo e de que as mulheres seriam as mais propícias a saírem em protesto contra esse machismo, o leitor pode inferir que o autor se refere à postura dessas mulheres durante o protesto, emitindo uma opinião. Nesse sentido, o leitor ativa cognitivamente um conhecimento de senso comum e torna-se capaz de interpretar o que foi dito.

Em relação ao autor, sujeito produtor desse texto, é possível perceber que ele utiliza poucos recursos coesivos que a língua oferece, apresentando partes fragmentadas que interrompem a linearidade da sequência, marcando isso linguisticamente com o uso das reticências. Isso não chega a ser um problema e não compromete a coerência do texto se levarmos em consideração os fatores não linguísticos partícipes da construção do sentido. Ficando no aspecto linguístico chamo a atenção para o final dessa sequência, em que o autor utiliza a conjunção **mas**. Em uma análise sistêmica essa conjunção estaria ali funcionando como um elemento que liga as orações e estabelece uma relação de oposição entre elas. Pelo viés do texto, essa conjunção funciona como um recurso de coesão textual capaz de manter uma ligação lógica e coerente entre as ideias do autor e a sequência do texto. No grupo dos articuladores, a conjunção apresenta-se como um dos tipos de articuladores, que são "(...) responsáveis pela ligação entre si dos fatos denotados num texto. Eles exprimem os diferentes tipos de interdependência de sentido das frases no processo de sequencialização textual" (GIERING, 1999, p. 21).

No caso do **mas**, a relação de sentido é de oposição, funcionando como uma quebra na linearidade do sentido, já que estabelece direções opostas entre as proposições. Se ficarmos apenas com as duas últimas proposições do texto, percebemos que a introdução do **mas** quebra a expectativa criada a partir da proposição que a antecede. O sujeito mostra-se a favor do protesto, contudo, ao articular a sequência com a conjunção opositiva, ele opõe os sentidos das proposições. Agora, se levarmos em consideração a relação do sujeito como seu contexto imediato, o interno do texto, percebemos que o **mas** funciona como um

conector que mantém o sentido global, já que o sujeito apresenta, desde o início da sequência, uma opinião contrária à postura das mulheres no movimento social, o que confere a ele uma capacidade de manter a coerência e de se fazer entender pelos leitores/receptores de seu texto.

Essa foi apenas uma leitura realizada a partir dos pressupostos da Linguística Textual, entretanto percebo que esse é o limite em uma análise que parte dessa concepção nos estudos da linguagem. É possível, nessa perspectiva, se chegar a um sentido global de um texto, onde elementos internos e externos da língua são convocados tanto pelo sujeito produtor, responsável pela manutenção da clareza do que diz, como pelo receptor, responsável pela extração desse sentido. O que fica como relevante avanço na Teoria do Texto, em relação à teoria sistêmica da língua, é o fato de que a análise passa a ser, além de sintática, de ordem semântica, quando o sentido é um elemento a ser considerado. Assim como o fato da chamada do texto, ou seja, a partir de uma análise não mais restrita à frase.

O Sujeito na Língua da Teoria da Enunciação

Se na teoria anterior o **sujeito** é um elemento externo à língua, de acordo com a concepção que o coloca como o falante e interno a ela no que se refere ao funcionamento sintático, aos moldes da linguística sistêmica, como um elemento que compõe as partes de frases ou períodos no texto e que pode ser recuperado por termos linguísticos responsáveis pela coesão textual, aqui o sujeito assume uma nova concepção. De fato, na Teoria da Enunciação ele aparece na língua, nela ele constitui-se a e a partir dela ele mostra-se subjetivamente presente.

Começo com uma leitura daquele que é considerado o “pai da enunciação”, Emile Benveniste. Para esse linguista a língua manifesta-se na enunciação, ou seja, no espaço de interlocução em que o indivíduo, ao tomar a palavra, tem a possibilidade de fazer-se sujeito e de deixar ver a sua subjetividade. Percebemos aí uma noção de língua que ultrapassa, assim como a Linguística textual, os limites do estritamente linguístico, pois evoca elementos da exterioridade. Entretanto, há um avanço se compararmos a Enunciação à Teoria do Texto, já que o sujeito agora passa a existir na língua como elemento fundamental para que se chegue ao sentido. E o objeto de análise passa a ser, desse modo, o enunciado,

resultado concreto e linguístico da enunciação, e não mais o texto. Para Benveniste (1995), a língua oferece recursos para que o sujeito se faça presente como um efeito resultante da ação do locutor em um processo de interlocução, ou seja, é dizendo EU a um TU que o indivíduo se torna sujeito na instância do discurso e, com isso, marca a sua subjetividade. Nesse sentido, o sujeito está na origem da linguagem e, através de suas marcas, o que o autor teorizou a partir do estudo dos pronomes, vemos ainda, apesar de numa concepção de língua não puramente sistêmica, um sujeito efeito de um indivíduo consciente e controlador, como é possível depreender da leitura do texto **Da subjetividade na linguagem**, quando o autor diz que “a subjetividade de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como sujeito”. (BENVENISTE, 1995, p. 286).

No interior dessa teoria operou-se, com o tempo, um deslocamento do termo, já que, a partir de Ducrot (1987), o sujeito, por ser fragmentado e não uno, passa a ser o ser empírico, o falante, deixando de ser um objeto de descrição linguística e de estar, portanto, na língua, para dar espaço aos **enunciadores**, como elementos constitutivos do enunciado e evocados no ato de fala de um **locutor**, considerado este, agora, como o ser do discurso. Esses elementos, articulados a uma visão pragmática da língua, surgem no interior da **Teoria da Polifonia**² desse autor. Ao falar em discurso, apontando para o fato de a autonomia do sujeito falante ser relativa, Ducrot traz a seguinte constatação: “Dizer que um discurso constitui um só enunciado é, inversamente, supor que o sujeito falante o apresentou como o objeto de uma única escolha” (DUCROT, 1987, p. 164). Desse modo, a reflexão do autor caminha para a consideração de que em um enunciado há vozes de pelo menos dois enunciadores, que são mobilizadas pelo locutor e com uma das quais ele identifica-se. Fato este que resume e sustenta a polifonia do autor.

É interessante verificar que ao deslocar o **sujeito** para o **locutor** do discurso, a percepção desse elemento externo permanece visível na língua por marcas específicas, como o caso da primeira pessoa representada pelo pronome EU. Segundo Ducrot (op.cit., p. 182), é possível de atribuir a responsabilidade pelo

² A Teoria da Polifonia de Ducrot postula que em um enunciado não há a unicidade de um sujeito falante, ao considerar que há vozes, de diferentes sujeitos, que superpõem-se na enunciação e participam, mesmo que não materializadas, no enunciado de um locutor. Fato fundamental para o trabalho com o sentido na Enunciação.

enunciado ao locutor, que se deixa ver, por exemplo, no discurso relatado direto, mesmo que ele não se identifique com o autor empírico do enunciado. Essa característica é bem exemplificada, pelo autor, com a assinatura de termo de compromisso, quando o locutor assume uma responsabilidade sem que tenha participado da construção do enunciado.

Se compararmos com os pressupostos da teoria da Linguística Textual, percebemos que há uma diferença significativa, pois na reflexão linguístico-pragmática de Ducrot não aparece a busca por um sentido global, para chegar ao qual o interlocutor deva calcular esse sentido considerando os fatores de textualidade, mas sim a consideração de que o sentido não é um só, isto é, de que em um enunciado o sentido não é uno, de que haverá mais vozes ressoando ali, representativas de outros enunciadores, e de outros sentidos, e que uma delas será assumida pelo locutor. Para defender seu ponto de vista, Ducrot apresenta várias maneiras de se perceber a distinção entre o locutor e o enunciador, como, por exemplo, os enunciados irônicos, os que contêm a negação e aqueles construídos com a conjunção **mas**, que apontam para uma **conclusão inversa** e servem como **contra-argumento**. Todos amparados pela Teoria da Polifonia.

A partir desse breve esboço de dois momentos interiores à Teoria da Enunciação, o primeiro que apresenta uma leitura de Benveniste e o segundo uma leitura de Ducrot, amparo-me neste segundo momento para realizar uma breve análise da mesma sequência, agora, então, sob a perspectiva da Enunciação. Voltemos à sequência, sob o título de enunciado:

(2) Só o nome da Marcha ja se pensa em outra coisa...e sai na rua.. só na rua de peladas e pintadas...ja se ve outra coisa e perde a seriedade do protesto....ja pensou homens pelados na rua q ridículo....fazer protesto a qq coisa é sempre valido...mas sai por ai semi-nus é a msm coisa q fazer apologia ao sexo...

Podemos dizer que um princípio é mantido em uma análise baseada em Ducrot em relação àquela realizada acima: a que se considerar o contexto em que o enunciado foi proferido por um locutor, bem como sua intenção enquanto ser do discurso responsável pelo que diz. Estamos diante, portanto, de uma concepção linguístico-pragmática de língua, pois considera, como já foi dito, tanto elementos linguísticos como sua exterioridade.

Minha análise recai, neste momento, somente sobre o final deste enunciado, onde a conjunção **mas** servirá mais uma vez como uma marca linguística para que eu possa aplicar a Teoria Polifônica de Ducrot. O autor postula que esse tipo de uso linguístico, de oposição, marca no enunciado a presença de dois enunciadores, um dos quais é assimilado pelo locutor no ato de fala. Em suas palavras, enunciados desse tipo

[...] colocam em cena dois enunciadores sucessivos, E1 e E2, que argumentam em sentidos opostos, o locutor se assimilando a E2, e assimilando seu alocutório a E1. Embora o locutor se declare de acordo com o fato alegado por E1, ele se distancia, no entanto, de E1 (DUCROT, 1987, p. 215).

Desse modo, é possível perceber que o sujeito empírico é deixado de lado, dando vez ao par locutor/enunciador como elementos constitutivos do enunciado e responsáveis pelos sentidos que devem ser apreendidos pelo interlocutor diante do enunciado. É preciso que o interlocutor perceba as vozes mobilizadas no ato de fala para participar da construção do sentido. Já conhecendo o contexto em que ocorreu o enunciado, passemos à análise das proposições que são articuladas pela conjunção **mas**.

Primeiramente retirarei a parte do enunciado que me interessa no momento, o que comporá um novo enunciado:

(2')fazer protesto a qq coisa é sempre valido...mas sai por ai semi-nus é a msm coisa q fazer apologia ao sexo...

Feito isso, seguindo o raciocínio de Ducrot, o enunciado deve ser desmembrado em 2, então temos o primeiro – **...fazer protesto a qq coisa é sempre válido...** – atribuído a um enunciador E1 e o segundo enunciado – **sai por ai semi-nus é a msm coisa q fazer apologia ao sexo** – atribuído a um enunciador E2. Ao ler o primeiro enunciado, esperamos uma conclusão diferente, ou seja, se o sentido se mantivesse na mesma direção, teríamos uma conclusão do tipo C1: **Se fazer protesto a qualquer coisa é válido, sair às ruas semi-nús é uma postura que pode trazer bons resultados ao movimento.** Contudo, o operador argumentativo **mas** inverte a direção do sentido, apresentando uma conclusão

oposta, à qual se assimila o locutor do enunciado, apresentada como C2: **sai por ai semi-nus é a mesma coisa que fazer apologia ao sexo.**

Desse modo, é possível perceber que, apesar de o locutor concordar com E1, dele ele se distancia, se assimilando a E2 e possibilitando ver em que direção caminha seu posicionamento, ou seja, levando o interlocutor a perceber que esse locutor, apesar de mobilizar dois sentidos em seu enunciado, é contra a postura das mulheres no movimento de protesto. Claro, como vimos anteriormente, o enunciado inteiro, o contexto situacional, já permite ver mais ou menos a direção do sentido, contudo a análise desse enunciado (2') mostra uma relação similar entre as teorias trabalhadas aqui, pois tanto em uma quanto em outra, a função da conjunção **mas** é a de levar à percepção acerca do posicionamento do locutor diante do que é dito. A pequena diferença reside no fato de que na Linguística Textual o uso desse conector revela a relação do sujeito falante como o contexto imediato, levando a um único sentido, enquanto na Enunciação o uso desse mesmo conector aponta para dois sentidos opostos que convivem no enunciado de um mesmo locutor, com um dos quais ele identifica-se para rejeitar o outro, ou seja, apesar de se chegar ao ponto de vista do locutor, o outro ponto de vista não é totalmente apagado.

É possível perceber que a língua da Enunciação não é homogênea e estável como na concepção sistêmica, pois elementos da fala são considerados e trazidos a essa concepção, o que mostra uma nova relação com a língua, já que reivindica “uma língua que contemple, para além das relações puramente linguísticas, elementos da subjetividade e contextuais (...)”. (INDURSKY, 2005, p.20). E o sujeito da Enunciação está na língua, a ela ligado intimamente num primeiro momento, sofrendo uma fragmentação, com Ducrot, que o desloca para a noção de locutor e o destitui do posto de sujeito uno e centrado no seu próprio eu, a partir das figuras dos enunciadores.

Convoco, agora, a terceira e última teoria para buscar perceber de que modo a língua e o sujeito são por ela trabalhados...

O Sujeito na língua da Análise de Discurso

Estamos doravante diante de uma concepção de língua que se difere das demais, pois na Análise de Discurso pechetiana (AD), esses elementos externos ao

linguístico, considerados nas teorias comentadas anteriormente, passam a ser constitutivos do sentido nos estudos da linguagem, ou seja: a língua passa a ser pensada em sua relação interna com a história, o que a leva a ser considerada como um lugar em que residem o equívoco e a contradição, elementos que até então tinham sido deixados de fora dos estudos linguísticos.

Para tanto, há que se convocar um elemento fundamental em uma análise que se baseie nesse pensamento: o **discurso**. Falar em discurso é levar em consideração a exterioridade como elemento fundamental e constitutivo – onde não só elementos linguísticos participam de um processo de funcionamento que leva a efeitos de sentidos – bem como perceber que “a relação **língua/discurso** não é, pois, apenas instrumental, mas constitutiva e historicamente determinada, entre o sistema, relativamente autônomo, e o processo, historicamente determinado” (FERREIRA, 1996, p. 49). Nesse sentido, e de acordo com Pêcheux, (1990 [1969], p. 81), o discurso passa a ser considerado como “efeito de sentidos” entre interlocutores, onde as **condições de produção**³ passam a ser fundamentais na análise de qualquer objeto linguístico, considerado, agora, sob o viés discursivo, como objeto discursivo.

A partir dessa concepção de língua não autônoma e não soberana, em que seus elementos internos são incapazes de darem conta de um sentido uno, o **sujeito** aparece sob uma perspectiva diferente, constituindo-se na e de língua. Devido ao fato de a AD constituir-se como uma disciplina de entremeio (ORLANDI, 1996), que opera entre o Materialismo histórico do Marxismo, a Teoria do discurso e a Linguística, e fortemente atravessada pela Psicanálise, o sujeito passa a ser um elemento também de entremeio, já que é duplamente constituído: em seu aspecto social é interpelado e assujeitado pela ideologia, ao passo que em seu aspecto individual é dividido e clivado, devido ao fato de ser afetado pelo inconsciente. Essa característica faz surgir o **sujeito do discurso**, que longe de ser a representação

³ De acordo com Pêcheux, 1969, as condições de produção do discurso são representadas pelo contexto sócio-histórico e pelos interlocutores, indivíduos que assumem uma posição a partir de um lugar bem marcado social e ideologicamente. Lugar representativo da luta de classes em que o indivíduo é interpelado ideologicamente para tornar-se sujeito do discurso, o que lhe confere a característica de efeito, assim como o sentido. Fato que o autor representa e fundamenta a partir, também, do conceito de Formações Imaginárias, na mesma passagem da obra. Pêcheux baseia-se no esquema da comunicação de Jakobson, transformando-o para dizer que em AD considera-se os efeitos de sentido e não a transmissão de informação considerada por este autor, a partir de uma concepção de língua sistêmica e homogênea.

empírica do falante no discurso, passa a ser um efeito realizado/residente entre o lugar do furo da ideologia, representado pela contradição, o lugar da falha da linguagem, representada pelo equívoco, e o lugar do furo do inconsciente, representado pela psicanálise (FERREIRA, 2010, p. 5).

Nesse sentido, esse sujeito, visto como um elemento constitutivo de uma língua não estável, aparece como um ser incompleto, que se constitui na língua como um ser do discurso, mas que, diferentemente das concepções das linhas teóricas examinadas anteriormente, não é capaz de controlar os sentidos daquilo que diz, já que, efeito de interpelação ideológica e afetado pelo inconsciente, ele aparece como um elemento também instável, relacionando-se com uma língua constituída pela exterioridade, onde os sentidos são sempre um **vir a ser** e onde aquilo que não é dito é considerado lado a lado do que é dito na constituição dos sentidos, o que revela o caráter incompleto e opaco da língua considerada sob essa teoria do discurso.

Passo adiante à análise da mesma sequência, agora considerada como discursiva, para fazer uma leitura de como o funcionamento discursivo se dá, a partir da consideração da mesma marca linguística, o **mas**, e leva a efeitos de sentidos quando produzidos pelo sujeito do discurso.

(3) - Só o nome da Marcha ja se pensa em outra coisa...e sai na rua.. só na rua de peladas e pintadas...ja se ve outra coisa e perde a seriedade do protesto....ja pensou homens pelados na rua q ridículo....fazer protesto a qq coisa é sempre valido...mas sai por ai semi-nus é a msm coisa q fazer apologia ao sexo...

Começo a análise a partir de Orlandi (2011), que, ao tratar do texto como elemento mais adequado para uma análise de linguagem, apresenta o fato de que essa análise parte do material linguístico sem, contudo, restringir-se a ele, já que ao se considerar as condições de produção sob as quais esse texto é produzido, desloca-se a noção de texto para discurso, o qual constitui o objeto de análise na concepção discursiva de língua, onde as especificidades linguísticas – lexicais, morfológicas, sintáticas ou semânticas – serão conjugadas aos processos sócio-históricos envolvidos no discurso.

Desse modo, ao considerar o **mas** em sua função morfológica de conjunção opositiva, que produz um sentido de contraste entre orações ou

proposições, em seu domínio sintático e semântico, a partir de seu funcionamento discursivo o que interessa não é mais a busca por um sentido global, ou pelo posicionamento assumido por um locutor no enunciado, mas a busca por perceber que efeitos de sentido podem conviver em uma sequência, evidenciando o caráter fragmentado e heterogêneo da língua e do sujeito considerados sob o viés da AD. Nas palavras de Orlandi,

[...] o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso. (ORLANDI, 2011, p. 117).

Nesse sentido, o **mas** aparece para marcar a contradição constitutiva do sujeito, afetado pela ideologia e constituído na/de língua. Sob a perspectiva da AD, Courtine (2009 [1981]) nos diz que um enunciado que compõe uma sequência discursiva a partir de elementos linguísticos contrastivos, constitui-se em um **enunciado dividido**, o qual traz no interior de sua formulação saberes antagônicos que marcam diferentes **posições-sujeito** no interior de uma **formação discursiva** (FD), evidenciando o a contradição constitutiva mencionada. Para o autor, uma posição-sujeito é concebida

[...] como uma relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciativo e o sujeito do saber de uma dada FD. Essa relação é uma relação de identificação cujas modalidades variam, produzindo diferentes efeitos-sujeito no discurso. A descrição das diferentes posições de sujeito no interior de uma FD e dos efeitos que estão ligados a ela é o domínio de descrição da forma-sujeito. (COURTINE, 2009 [1981], p. 88)

Na sequência em questão, o funcionamento do **mas** aponta, então, para duas posições ideológicas que convivem na mesma materialidade, apontando para efeitos de sentido que coexistem ali. Uma leitura possível é a de considerar que estamos diante de duas posições-sujeito que convivem no interior de uma mesma FD, e que estariam representando formas diferentes de relacionar-se com a **forma-sujeito** dessa FD. Recuperando as condições de produção desse discurso, que são a de um comentário a um texto feminista, o qual apresenta como pano de fundo o movimento social feminista “Marcha da vadias”, diria que, nesse primeiro caso, o

sujeito representaria uma posição no interior da FD feminista (... **fazer protesto a qq coisa é sempre válido...**), contrastando com uma posição que traz saberes antagônicos de fora dessa FD, sem que isso o torne contrário ao protesto e ao texto e, por conseguinte, o torne machista. Estaríamos diante de uma posição-sujeito que, apesar de concordar com a luta do feminismo, mantém restrições comportamentais, oriundas de saberes conservadores em relação ao papel da mulher na sociedade, sem que isso o faça concordar como o fato de que as mulheres devam ser estupradas de acordo com o modo como se vestem, conforme a constatação polêmica de um policial canadense, fato motivador da marcha.

Se, por outro lado, considerarmos que estamos diante de um antagonismo de posições-sujeito oriundas de diferentes FDS, também antagônicas, uma das leituras possíveis seria a de que o sujeito desse discurso assume uma posição contrária ao feminismo e que poderia ser, portanto, a representação de uma posição ideológica em uma FD machista (... **mas sai por ai semi-nus é a msm coisa q fazer apologia ao sexo...**), que, apesar de ser contra, concorda em responsabilizar as mulheres pelas consequências de violência às quais elas estão submetidas por vestirem-se de determinada forma, contudo “toma cuidado” com o que diz, para não se mostrar evidentemente a favor do preconceito ou da violência e não se comprometer perante à sociedade num espaço tão habitado como a mídia digital.

Como vemos, o **mas** assume, na perspectiva discursiva de língua e de sujeito, uma marca que pode servir de pista a dois ou mais sentidos, fazendo ver a contradição como constitutiva do discurso, que é materializado na língua (considerada como um elemento que comporta a instabilidade e que é, portanto, lugar do equívoco e da incompletude) por um sujeito que é também contraditório, já que afetado/fragmentado pelo efeito de assujeitamento ideológico e por seu inconsciente. Estamos diante de uma materialidade linguística que é observada em seu funcionamento, onde um elemento da língua, articulado à materialidade da história, aponta para mais de um sentido, para o não-um, evidenciando que:

Não é nem com o “sentido”, nem com a “referência”, no sentido lógico desses termos, dos objetos de discurso que a AD se preocupa, mas com suas formas de *coexistência material* nos processos em que se constitui o saber das FD. (Op. Cit., p. 197)

Para, por hora, concluir

Apresento, para fins de conclusão, um pequeno quadro síntese das leituras apresentadas durante este texto, a fim de que, de modo sistematizado, possamos visualizar as concepções de língua e de sujeito postuladas nos três tempos aqui considerados:

Teoria da Linguagem	Linguística Textual	Teoria da Enunciação	Análise de Discurso
Língua	É concebida como um elemento não homogêneo, apesar de elementos externos serem convocados para que se possa chegar ao sentido global de um texto, seu verdadeiro objeto de análise. O sentido, que pode ser mais de um, deve ser calculado pelo leitor/receptor a partir de uma organização lógica do texto e da consideração aos contextos situacional e imediato.	É concebida como um elemento não homogêneo, onde elementos externos são considerados na análise semântica de um enunciado, seu verdadeiro objeto de análise. O sentido não é uno, ficando o interlocutor também responsável pela percepção da posição assumida pelo locutor, em um contexto situacional dado, a partir de considerações pragmáticas.	É concebida como um elemento não homogêneo e incompleto, onde a exterioridade (histórico-ideológica) é constitutiva e considerada, em sua materialidade, na análise de qualquer discurso, seu verdadeiro objeto de análise. O sentido não é uno e pode sempre ser outro, ao serem consideradas as condições de produção e o funcionamento discursivo na análise de uma materialidade discursiva.
Sujeito	Um fenômeno que está fora da língua, aparece nessa teoria, sem por ela ser trabalhado, como um elemento sintático ou como o falante empírico, produtor dos textos, consciente e capaz de usar a língua conforme sua intencionalidade.	Num primeiro momento, é uno e aparece na língua a partir de marcas que são deixadas pelo indivíduo falante quando no discurso. É dotado de consciência e de intenções, capaz de estabelecer estratégias enunciativas. Em seguida, passa a ser o falante empírico, dando espaço ao locutor, como um efeito que se representa no discurso e traz	Considerado como efeito, é um elemento que se constitui na língua e que representa uma posição sócio-ideológica que é assumida por um indivíduo no discurso. Duplamente constituído, o sujeito do discurso é assujeitado, em seu aspecto social, pelo efeito da ideologia e dividido, em sua individualidade, pelo efeito do inconsciente.

		consigo a figura do(s) enunciador(es).	
O Mas	Usado como um recurso de coesão ou como um articulador de ideias, opõe os sentidos entre partes do texto mostrando a relação do autor com o contexto imediato.	Funciona como uma marca de oposição que permite ver mais de um sentido em um enunciado, com um dos quais o locutor concorda para posicionar-se conscientemente. Pode funcionar, também, como pressuposto, que deixa implícito algo que o sujeito não diz.	Pode revelar duas posições-sujeito, antagônicas ou não, que coexistem em uma mesma sequência discursiva, apontado para efeitos de sentido no funcionamento discursivo dessa sequência, bem como marcar a contradição constitutiva do sujeito, da língua e da ideologia.

Figura 1: Quadro síntese das concepções discutidas no texto

Referências

BENTES, A.C. Linguística Textual. In: MUSSALIM & BENTES (org.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v.1. 3ed. São Paulo: Cortez, 2003. p.245-287.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. 4ed. Campinas: Pontes, 1995.

COURTINE, J-J. (1981) **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Tradução de Carlos Piovezani. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987. p.161-218.

FERREIRA, Maria C.L. O estatuto da equivocidade da língua. In: GUEDES & LIMA (org.) **Estudos da Linguagem**. Porto Alegre, CPG Letras/UFRGS. Col. Ensaio, 10, 1996, p. 39-50

_____. O lugar do sujeito na trama do discurso. In: **A pesquisa em Análise do Discurso no PPG-Letras/UFRGS e sua expansão institucional**. Porto Alegre: Organon, v. 24, nº48, 2010, p.17-34.

GIERING, M.E. [et.al.]. A ligação lógica das idéias. In: _____. **Análise e produção de textos**. São Leopoldo: Unisinos, 1999, p.21-32.

INDURSKI, F. Os estudos da linguagem e suas diferentes concepções de língua. In: HENRIQUES & SIMÕES (Orgs). **Língua Portuguesa: reflexões sobre descrição, pesquisa e ensino**. Rio de Janeiro: Europa, 2005, p.16-36.

_____. O sujeito e as feridas narcísicas dos linguistas. In: **Gragoatá**, nº5, 2.sem. Niterói, RJ: EdUFF, 1998.

KOCH, I.V. & TRAVAGLIA, L.C. **A coerência textual**. 1reimp. 17.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

ORLANDI, E.P. **Interpretação**: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. **A Linguagem e seu Funcionamento**: As formas do discurso. 6.ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

PECHÊUX, M. (1969). Análise automática do discurso (AAD69). In: GADET & HAK (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Eni P. Orlandi. 4.ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010, p.59-158.

Recebido em 13 de maio de 2015

Aprovado em 14 de dezembro de 2015